

Exmo. Senhor,

**Presidente da Comissão de Orçamento,
Finanças e Modernização
Administrativa**

S. Bento, 21 de fevereiro de 2017

REQUERIMENTO

Assunto: Audição do ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Informações divulgadas hoje pela comunicação social dão conta de que transferências realizadas entre 2011 e 2014 para contas com sede em paraísos fiscais não foram alvo de controlo pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). Segundo confirmou fonte do Ministério das Finanças à imprensa, terá havido “20 declarações apresentadas que não foram objeto de qualquer tratamento”. No total, o Fisco terá deixado passar 10 mil milhões de euros.

A publicação no Portal das Finanças das estatísticas relativas às transferências para *offshores* foi suspensa neste período, que corresponde ao mandato do anterior governo, apesar de o Fisco ter recebido a informação por parte dos bancos, nos termos da lei. O trabalho de monitorização terá sido retomado entre 2015 e 2016. Acontece que os valores das transferências divulgados em Abril de 2016 (7162 milhões) apresentam uma significativa disparidade em relação aos dados atualizados oito meses depois (16 964 milhões).

Os *offshores* representam um mecanismo de chantagem sobre a economia, reduzindo impostos sobre os lucros, multiplicando isenções e benefícios e levando à perda de receita

fiscal. O combate à fuga e evasão fiscal, sem prejuízo da necessidade de acabar com os *offshores*, passa pelo esforço de cada Estado impor garantias de transparência sobre estas operações. A explicação dos motivos desta fuga de 10 mil milhões de euros, por parte dos atuais e anteriores responsáveis pela política fiscal, é seguramente parte desta exigência.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, vem requerer a audição do ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio.

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Mariana Mortágua